

CARTA ABERTA À COMUNIDADE ACADÊMICA E À SOCIEDADE



Nós, trabalhadores técnico-administrativos em educação (TAE's) da UFSC, assim como demais colegas de categorias das universidades de todo o Brasil, atendendo o indicativo da nossa federação nacional, a Fasubra, decidimos em assembleia do Sindicato de Trabalhadores em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina - SINTUFSC que, a partir do dia 11/03/2024, ESTAREMOS EM GREVE.

Nesse sentido, gostaríamos de apresentar à comunidade acadêmica e à sociedade, os motivos que nos levaram a tomar essa decisão extrema que atinge a vida de todos nós. Ao contrário do que a grande mídia costuma veicular, os trabalhadores técnico administrativos não pararam durante o período de recesso das aulas, e tampouco pararam durante a pandemia. Se os estudantes terão condições de retornar às aulas no dia 11/03, é porque os servidores TAEs garantiram a realização das matrículas e todos os procedimentos para que a universidade não parasse de funcionar.

Durante a pandemia o mesmo aconteceu: enquanto os trabalhadores TAE's da universidade adaptaram suas atividades para o trabalho remoto, os TAE's que trabalham no HU dedicaram e arriscaram suas vidas no combate à pandemia de Covid 19.

Entretanto, ao longo dos anos, esses trabalhadores têm sido continuamente desvalorizados pelos governos, tanto presente quanto passados. É crucial recordar que nós, enquanto funcionários do Estado, dedicamos nossos esforços à prestação de serviços à socie-

dade. Não estamos subordinados aos governantes, independentemente de sua reputação ética, e é exatamente por isso que lutamos pela manutenção e proteção da estabilidade do serviço público. Nesse sentido, explicamos aqui alguns dos principais motivos da decisão pela greve:

1. Reestruturação da carreira: A carreira dos TAE's é regida pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Esse documento foi criado através da Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005, e sofreu apenas uma pequena alteração em 2014 e nunca mais foi revisto. A Lei normatiza sobre os percentuais e tempos de progressão, incentivos à capacitação e qualificação, entre outras coisas. Com a aposentadoria cada vez mais longe de se tornar realidade, se faz necessário a revisão de diversos pontos desse documento. O governo alega falta de recursos para reestruturar nossa carreira, porém já promoveu a reestruturação em 9 carreiras distintas.

2. Reposição salarial: Ao contrário dos trabalhadores que possuem registro em carteira que são contratados pela CLT, nós, trabalhadores do serviço público federal, não temos data-base, ou seja, não temos reajuste salarial anual de acordo com a inflação. Isso quer dizer que o governo deve prever o nosso reajuste na Lei Orçamentária Anual, mas isso não acontece! Assim,

greve se torna a arma de reivindicação quando o governo não está disposto a negociar. O último reajuste salarial que obtivemos como resultado de uma greve foi em 2015, dividido em dois anos. Desde então, entre 2015 e 2024, nossa perda salarial acumulada ultrapassa os 70%. Embora tenhamos recebido um pequeno reajuste de 9% em 2023, ele está longe de compensar essas perdas. Diante disso, imaginemos o que você também se questionaria: o que faria se estivesse recebendo praticamente o mesmo salário de nove anos atrás?

3. Defesa da universidade e dos serviços públicos: nos últimos anos as universidades vêm sofrendo com sucessivos cortes de recursos, que afetam não só a manutenção do espaço físico da universidade, como também a rotatividade e ausência de trabalhadores, bem como a permanência dos estudantes com maior vulnerabilidade e dificuldades de se manterem estudando. Sabemos da importância da universidade tanto na produção de pesquisa, desenvolvendo ciência e tecnologia para atender a diversos problemas da nossa sociedade, como nas atividades de extensão abertas à comunidade, e principalmente na formação dos estudantes de diversos locais do país e diversas classes sociais. Defender a valorização dos trabalhadores e recomposição do orçamento para a universidade é defender a qualidade dos nossos serviços, é defender que a universidade continue pública e não venha a cobrar mensalidade. É defender o direito social à educação universal, gratuita e de qualidade.

Dessa forma, a luta dos TAEs tem consequências muito maiores, que extrapolam os portões da universidade. A melhoria das condições de trabalho ocasionam no melhor atendimento à comunidade acadêmica, na melhoria dos serviços prestados para a sociedade e na formação dos profissionais que atuarão no mercado de trabalho.

Repudiamos veementemente os discursos que nos rotulam como privilegiados com salários elevados. Pertencemos a uma das categorias mais sub-remuneradas do serviço público federal. Somos pais e mães de família, trabalhadores cujos salários são frequentemente comprometidos por empréstimos bancários, muitas vezes a única solução para garantir a sustentabilidade de nossos lares ao final do mês.

Diante disso, reforçamos nosso compromisso com a sociedade e com os cidadãos e por isso salientamos, especialmente aos estudantes da Universidade, que manteremos um diálogo aberto com as entidades do movimento estudantil.

Também contamos com a compreensão de todos e convidamos toda a comunidade acadêmica para juntar-se aos trabalhadores técnico-administrativos em educação na luta em defesa da universidade e dos serviços públicos e por melhores condições de estudo, trabalho e de vida!

TAE'S EM GREVE!

f sintufsc.ufsc.9

 SINTUFSC

 [sintufsc](https://www.instagram.com/sintufsc)

 abre.ai/hkKD